



Diversidade:
Diferentes,

não

Desiguais

Denise Pereira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2019

Denise Pereira
(Organizadora)

Diversidade: Diferentes, não Desiguais

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D618 Diversidade [recurso eletrônico] : diferentes, não desiguais /
Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Diversidade: Diferentes, Não Desiguais; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-090-2

DOI 10.22533/at.ed.902190502

1. Ciências sociais. 2. Igualdade. 3. Psicologia social.
4. Tolerância. I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 302

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em pleno século XXI deveria ser natural vivenciar a diversidade, pois aceitá-la não é apenas conseguir lidar com gêneros, cores ou orientações sexuais distintas, mas principalmente respeitar ideias, culturas e histórias de vida diferentes da sua.

A intolerância muitas vezes manifestada em virtude de uma generalização apressada ou imposta por uma sociedade, leva ao preconceito. E, esse preconceito leva as pessoas a fazerem juízo de valor sem conhecer ou dar oportunidade de relacionamento, privando-as de usufruir de um grande benefício: aprender e compartilhar ideias com pessoas diferentes.

A partir da discussão de conceitos de cor, raça, gênero, que nada mais é do que um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino, negro e branco, os autores deste livro nos convidam a pensar nas implicações que esse conceito tem na vida cotidiana e como os arranjos da diversidade podem muitas vezes restringir, excluir e criar desigualdade.

Boa leitura

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(RE)CONSTRUÇÕES DAS IDENTIDADES DE GÊNERO E DAS CORPORALIDADES EM A PELE QUE HABITO	
Vivian da Veiga Silva Ana Maria Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.9021905021	
CAPÍTULO 2	7
“LGBTTRABALHADORES”: OS FORA DA NORMA INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO	
Rafael Paulino Juliani Rosemeire Aparecida Scopinho	
DOI 10.22533/at.ed.9021905022	
CAPÍTULO 3	16
“BAIXOU A 1140 AQUI?” DIFERENÇAS E DISTINÇÕES NAS PRAIAS GAYS DE COPACABANA E IPANEMA	
Alexandre Gaspari	
DOI 10.22533/at.ed.9021905023	
CAPÍTULO 4	23
A IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO FEMININO COMO OBJETIVO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Ana Claudia Lopes Venga Larissa Valim de Oliveira Farias	
DOI 10.22533/at.ed.9021905024	
CAPÍTULO 5	36
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL	
Ana Carla Menezes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9021905025	
CAPÍTULO 6	47
BRINCAR DE BONECA É COISA DE MENINO. E DE MENINA TAMBÉM!	
Lorena Marinho Silva Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.9021905026	
CAPÍTULO 7	59
CIBORGUES E CIBERFEMINISMOS NO TECNOCAPITALISMO	
Cláudia Pereira Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.9021905027	
CAPÍTULO 8	81
BRINCADEIRAS INFANTIS E MODERNIDADE: BRINQUEDOS TÊM GÊNERO?	
Alexandra Sudário Galvão Queiroz Maicon Salvino Nunes de Almeida Celia Nonato	
DOI 10.22533/at.ed.9021905028	

CAPÍTULO 9 88

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CLÍNICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Lacilaura Bomtempo Lamounier Costa

Bruna Afonso Gibim

Rafael De Tilio

DOI 10.22533/at.ed.9021905029

CAPÍTULO 10 94

CONHECIMENTO DA ENFERMAGEM SOBRE PESSOAS TRANSEXUAIS: REVISÃO INTEGRATIVA

Carla Andreia Alves de Andrade

Alberto Magalhães Pires

Taiwana Batista Buarque Lira

Karla Romana Ferreira de Souza

Rianne Rodrigues de Lira

Wanderson Santos Farias

Josueida de Carvalho Sousa

Andréa Roges Loureiro

DOI 10.22533/at.ed.90219050210

CAPÍTULO 11 106

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO DIRIGIDA À MULHER NEGRA NO ÂMBITO DOMÉSTICO E FAMILIAR

Nayra Leal Feitosa

Felipe Silva Duarte

Joseane de Queiroz Vieira

DOI 10.22533/at.ed.90219050211

CAPÍTULO 12 114

CRÍTICA SOBRE A FORMAÇÃO DA IDEOLOGIA DE SUBMISSÃO FEMININA: EM ESPECÍFICO OS ESPAÇOS PÚBLICOS

Heloisa Silva Alves

DOI 10.22533/at.ed.90219050212

CAPÍTULO 13 121

DISCURSO, MÍDIA E INFORMAÇÃO: SENTIDO E SIGNIFICAÇÃO DOS MATERIAIS INSTRUCIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA NA COMUNIDADE LGBTQTTI

Deyvid Braga Ferreira

Lívy Ramos Sales Mendes de Barros

DOI 10.22533/at.ed.90219050213

CAPÍTULO 14 136

FACEBOOK E HOMOSSEXUALIDADE: ENUNCIADOS E PRECONCEITO NA REDE SOCIAL

Rodrigo Luiz Nery

DOI 10.22533/at.ed.90219050214

CAPÍTULO 15	151
FEMINISMO E GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DOS ESTUDOS BRASILEIROS	
Dejeane de Oliveira Silva	
Mirian Santos Paiva	
Edméia de Almeida Cardoso Coelho	
Fernanda Matheus Estrela	
Raiane Moreira Coutinho da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.90219050215	
CAPÍTULO 16	162
GÊNERO, ESCOLA E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS: PROBLEMATIZANDO REPRESENTAÇÕES HEGEMÔNICAS	
Andrea Geraldí Sasso	
Fabiane Freire França	
DOI 10.22533/at.ed.90219050216	
CAPÍTULO 17	173
INTERFERÊNCIAS DA VISÃO ANDROCÊNTRICA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS SENTENÇAS SOBRE OS CRIMES DE ESTUPRO CONTRA MULHERES	
Lívy Ramos Sales Mendes de Barros	
Wanessa Oliveira Silva	
Deyvid Braga Ferreira	
José Humberto Silva Filho	
Marcus Vinicius de Almeida Lins Santos	
DOI 10.22533/at.ed.90219050217	
CAPÍTULO 18	186
MACHISMO INVISÍVEL E A CATEGORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS	
Lycia Rinco Borges Procópio	
Jarbene de Oliveira Silva Valença	
DOI 10.22533/at.ed.90219050218	
CAPÍTULO 19	194
O FEMINISMO NO CORPO DA MULHER TRANS	
Diana Dayane Amaro de Oliveira Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.90219050219	
CAPÍTULO 20	201
O PROBLEMA DO PATRIARCADO E A MANUTENÇÃO DA CULTURA DO ESTUPRO	
Lissa Furtado Viana	
Emannuely Cabral de Figueiredo	
Otávio Evangelista Cruz	
Raíssa Feitosa Soares	
Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho	
DOI 10.22533/at.ed.90219050220	
CAPÍTULO 21	210
PALAVRAS: ESCRITA FEMININA, LUSOFONIA, ÁFRICAS	
Izabel Cristina Oliveira Martins	
DOI 10.22533/at.ed.90219050221	

CAPÍTULO 22 221

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES PRETAS LÉSBICAS NO MERCADO DE TRABALHO EM SALVADOR

Juliana de Castro Braz
Tânia Moura Benevides

DOI 10.22533/at.ed.90219050222

CAPÍTULO 23 231

OS CABARÉS IPUENSES: O COMÉRCIO DO SEXO EM IPU (1960-1980)

Francisco de Souza Lima Filho
Dalvanira Elias Camelo

DOI 10.22533/at.ed.90219050223

SOBRE A ORGANIZADORA..... 237

CONHECIMENTO DA ENFERMAGEM SOBRE PESSOAS TRANSEXUAIS: REVISÃO INTEGRATIVA

Carla Andreia Alves de Andrade

Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem.
Recife – Pernambuco

Alberto Magalhães Pires

Faculdade Estácio do Recife

Taiwana Batista Buarque Lira

Faculdade Estácio

Karla Romana Ferreira de Souza

Universidade de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem.
Recife – Pernambuco

Rianne Rodrigues de Lira

Universidade Federal de Pernambuco

Wanderson Santos Farias

Faculdade São Miguel
Recife - Pernambuco

Josueida de Carvalho Sousa

Andréa Roges Loureiro

Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem.
Recife – Pernambuco

RESUMO: O estudo da transexualidade pela enfermagem ainda possui forte tendência de vinculação da sexualidade em aspectos biológicos. Com isso objetivou-se nesse estudo identificar demanda de publicações científicas nacionais e internacionais acerca da enfermagem sobre pessoas transgêneros

e transexualidade. Por ser uma Revisão Integrativa (RI), os dados foram coletados aos pares e no período entre março a maio de 2017, nas bases BDEF, LILACS, CINAHL, MEDLINE e biblioteca virtual SciELO. Através dos descritores “*Transgendered Persons*” OR “*Transgender*” integrado ao descritor booleano AND “*Nursing*” e seus análogos em português e em espanhol, todos padronizados pelo DeCS. Os critérios de inclusão da amostra foram: artigos publicados em inglês, português e espanhol, não tendo limites quanto ao ano de publicação. Como critérios de exclusão: teses, dissertações, monografias, editoriais e artigos de revisão. Todos os artigos da amostra final foram escritos no idioma inglês, em relação ao local de origem cinco foram dos EUA e dois da Inglaterra. Identificou-se que os conhecimentos da enfermagem quando se refere à transexualidade e sobre as pessoas transgênero ainda se configura como temática pouco abordada. Tornam-se importantes mais pesquisas que relacionem os enfermeiros com a população transexual, uma vez que o enfermeiro é um educador de saúde comprometido com a prevenção de doenças e promoção da saúde e a qualificação do enfermeiro para o cuidado holístico às pessoas transexuais, poderá contribuir com maior adesão aos serviços de saúde, todavia, as pessoas transexuais ainda vivenciam situações discriminatórias nos

serviços de saúde.

PALAVRAS- CHAVES: Pessoas transgêneros. Enfermagem. Conhecimento

INTRODUÇÃO

Transgêneros, disforia de gênero e transtorno de identidade de gênero, são termos utilizados para se referir a um estado no qual o indivíduo não reconhece o próprio sexo anatômico e cuja expressão de gênero não corresponde ao seu papel social atribuído ao nascer. Caracteriza-se por desconforto constante e a persistente sensação de possuir a genitália inapropriada a sua identidade de gênero. Por localizarem no corpo as principais características sexuais do masculino e do feminino, os transgêneros investem conhecimento, despendem tempo e dinheiro em busca da adequação do corpo a sua identidade de gênero (BENEDITTI, 2005).

Ao considerar que esses procedimentos representam grande risco à saúde do público transexual e que os profissionais deveriam lhes assistir em sua integralidade, torna-se evidente a necessidade de aumentar a visibilidade destes sujeitos que decidem adequação do corpo a sua identidade de gênero (ROMANO, 2008).

Por isso a necessidade dos familiares e dos profissionais de saúde respeitar esses indivíduos acolhendo-os para que o seu sofrimento diante do conflito do estabelecimento pelos padrões da sociedade e do sentido sejam amenizados até o estabelecimento pleno de sua identidade sexual.

No seio das profissões de saúde, a formação da enfermagem sempre esteve atrelada a fundamentos neutros e, no que se refere à sexualidade é abordado muitas vezes apenas seu aspecto biológico ou reprodutivo, o que torna o processo assexuado no desenvolver da assistência (SOUZA, 2015). As minorias sexuais que formam o grupo representado pela sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) sofrem, rotineiramente, atos discriminatórios e são estigmatizados socialmente, sendo ainda maior quando se relaciona às pessoas transexuais. E a enfermagem ainda se encontra um pouco afastada dessa realidade.

Nesse sentido, torna-se importante identificar publicação da enfermagem no âmbito da diversidade sexual e identidade de gênero de pessoas transgêneros em publicações científicas nacionais e internacionais contribuindo assim, para uma melhor adequação das práticas da enfermagem na assistência a esse público.

Trata-se de um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização Gênero e Sexualidade onde o mesmo foi um dos requisitos para obtenção do título de Especialista.

Diante do exposto, esta Revisão Integrativa (RI) buscou avaliar a demanda das produções científicas nacionais e internacionais que abordem o tema proposto através de uma Revisão Integrativa, com a seguinte questão norteadora: Qual a demanda de publicações científicas acerca da enfermagem sobre a transexualidade e pessoas transgêneros?

REVISÃO DE LITERATURA

A transexualidade

Antes “do século XIX a ‘homossexualidade’ existia, mas a/o ‘homossexual’ não”, a sodomia deixa então de ser uma prática sexual e torna-se uma das características de uma nova espécie, o homossexual. Devendo ainda o sexo ficar restrito ao quarto do casal heterossexual, com a finalidade de perpetuar a espécie humana. O sexo (homossexual) torna-se perigoso e temido, sua infância, seus comportamentos, seu passado e seu corpo são analisados, pois sua sexualidade é a sua verdade (FOUCAULT, 2009).

Desde a Grécia Antiga a homossexualidade configura-se como um processo presente na história. Até o fim do século XX, a homossexualidade tinha como definição: “ser a atração sexual mútua entre indivíduos do mesmo sexo”. Entretanto no momento atual esse conceito pode ser explorado com uma diversidade de formas, já que existem inúmeros papéis sexuais em nossa sociedade, estando a transexualidade presente nestas variações (BENTO, 2014).

A homossexualidade deixou recentemente, em 1973, de ser classificada como patologia, porém, a transexualidade ainda permanece sendo categorizada como transtorno pela psiquiatria. Um meio de regulação das sociedades sobre as sexualidades “não procriativas” é provocar a sua patologização, do mesmo modo que aconteceu com a homossexualidade no século XIX ocorre com a transexualidade nesse século (SAMPAIO, 2012; PICAZZIO, 1999; ARAN, 2008). A literatura mostra que sempre houve sujeitos que viviam, vestiam-se e adotavam papéis sociais referentes ao sexo oposto, atravessando tempo, povos, raças, níveis sociais e regiões demográficas.

Em sociedades da América do Norte na primeira metade do século XX há relatos das *berdaches*, que seriam homens que passavam a vestir-se e terem comportamentos femininos, além de executarem tarefas e atividades exclusivamente femininas. Praticavam sexo com outros homens, sempre na situação passiva e eram reconhecidos como sendo mulheres tendo papéis sociais legítimos femininos. Podendo ainda ser apontados em outras sociedades primitivas as *Mahu* do Taiti que ocupavam destaque na definição das identidades na comunidade do que não poderiam ser; os *xanith* de Omã cuja ocupação mais comum é a prostituição, além de outras representação como as *fa’afafine* em Samoa e as *panema* no Paraguai (BENTO, 2014).

Segundo Louro (2000) a sexualidade é entendida como um “dispositivo histórico”, uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos que regulam, normatizam e produzem “verdades” sobre o sexo. Esse dispositivo é um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações decisões, leis, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, dentre outras coisas. Sendo no âmbito da cultura e da história que se definem as

identidades sociais sendo todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe.

O gênero é tido como categorias que são historicamente, socialmente e culturalmente construídos, e são assumidos individualmente através de papéis, gostos, costumes, comportamentos e representações. O gênero precisa ser assumido pela pessoa, mas isso não acontece num processo de escolha, e sim de construção e de disputas de poder, porque, afinal, o sistema de gêneros é hierárquico e conta com relações de poder (BUTLER, 2010). A orientação sexual (e não opção sexual) diz respeito à inclinação da pessoa no sentido afetivo, amoroso e sexual, que podem ser as mais variadas e não se confunde com a identidade de gênero é o gênero com que a pessoa se identifica. Há quem se perceba como homem, como mulher, como ambos ou mesmo como nenhum dos dois gêneros: são os chamados não binários. Os Cisgênero identificam-se com o mesmo gênero que lhe foi dado no nascimento, já os Transexuais e/ou Transgêneros identificam-se com um gênero diferente daquele que lhe foi dado no nascimento (SAMPAIO, 2012; PICAZIO, 1999; ARAN, 2008; BENTO, 2014) .

Inicialmente para falar em transexualidade é importante desconstruir o caráter patologizante que é atribuído ao saber oficial à experiência vivida pelos/as transexuais. (BENTO, 2014). Até meados da década de 50 à fronteira entre homossexuais, travestis e transexual ainda não estavam bem definidas, somente a partir desse período foi que começaram a surgir publicações e pesquisas sobre o “fenômeno da transexualidade”. Cronologicamente podemos apontar como ocorreram as mudanças que construíram o protocolo atual médico que patologiza a transexualidade (COSSI, 2010).

O nascimento do fenômeno da transexualidade é marcado por Henri Benjamin em 1953 ao criar o conceito de transexualismo a partir de um procedimento cirúrgico realizado pelo Christian Hamburger, na Dinamarca, em 1952, no ex- soldado de 28 anos Jorge Jorgensen. Para Benjamin, não haveria uma divisão absoluta entre “masculino” e “feminino”, sendo desta forma uma inadequação se basear a determinação do sexo apenas com bases anatômicas, pois o sexo seria composto por diversos componentes e a predominância de um destes fatores definiria o sexo do indivíduo, com a influência do meio social sobre o comportamento. Destaca-se que com a exceção do sexo genético (cromossomos XX e XY), os demais fatores (anatômico ou morfológico, genital, gonádico, legal, germinal, endócrino, psicológico e social) poderiam ser modificados pelo tratamento hormonal e procedimentos cirúrgicos, sendo a cirurgia a opção mais eficiente (BENTO, 2014; SPIZZINI, AZEVEDO 2010).

Entre o grupo LGBT, as pessoas transgêneros (classificação para designar mulheres e homens transexuais) devido a não adequação ao sexo biológico ou a não conformação ao conceito heteronormativo da sociedade tem muitas vezes seus direitos a saúde agredidos e negligenciados por falta de conhecimento e capacitação adequada, deixando muitas vezes essa população exposta a fatores de vulnerabilidade. Os serviços de saúde ainda apresentam um conhecimento muito restrito quando o

assunto é voltado à sexualidade e suas variantes de identidade de gênero e orientação sexual. Existem conceitos moldados nos padrões heteronormativos vigentes na sociedade, o que desencadeia a assistência inadequada frente ao público transexual (CARDOSO 2012; SAMPAIO 2012).

Saúde do público transexual

Quando a epidemia a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (aids*) surgiu na década de 80, o Ministério da Saúde do Brasil adotou estratégias de enfrentamento junto aos grupos gays que defendiam os direitos de seus integrantes, o que demandou visibilidade sobre as questões de saúde das minorias sexuais (gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis); também reconheceu a complexidade da situação de saúde, especialmente, diante das evidências que a orientação sexual e identidade de gênero têm na determinação social e cultural da saúde(LIONÇO,2008) .

A população LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) por intermédio do Programa governamental “Brasil sem Homofobia” teve o reconhecimento da complexidade de sua saúde pela inserção de práticas e políticas de saúde voltada as especificidades dos seus integrantes. Sendo criada a Política Nacional de Saúde LGBT, que se constitui em um documento norteador e que legitima as necessidades e especificidades de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, estando assim em conformidade com a Constituição Federal de 88 e a Carta de Usuários do Sistema Único de Saúde publicada pelo Ministério da Saúde, que explicita os direitos e deveres dos usuários (LIONÇO, 2008; CARDOSO, 2012; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Embora estivesse contido na sigla do movimento LGBT, foi na década de 90 que as transexuais e travestis tiveram espaço neste movimento, com o advento da instituição de coletivos de transexuais, como o coletivo da Associação das Travestis e Liberados do RJ (ASTRAL) houve uma pauta do governo para o atendimento às demandas específicas a saúde desta população que anteriormente pontuava ações voltadas apenas aos homossexuais masculinos e femininos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013). Com isso, aconteceu o direcionamento de ações em prevenção à AIDS o que proporcionou maior visibilidade ao grupo, porém, sabe-se que os problemas de saúde das transexuais e travestis vão muito além do risco de contaminação pela AIDS ou de outras Infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Essas pessoas possuem agravos á saúdes bem mais complexas e demandas ainda mais elevadas (CARDOSO, 2012), que envolvem as questões de gênero e de identidade de gênero decorrentes da discriminação e do preconceito, pelo impacto social e psicológico que eles causam na vida destas pessoas e, sobretudo, porque o estigma e a discriminação seguem como principais obstáculos para o acesso à saúde (CARDOSO, 2012; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

A invisibilidade da diversidade de gênero nos cuidados de saúde continua sendo uma ameaça aos cuidados de enfermagem ética. Os efeitos da invisibilidade das

pessoas transexuais nos cuidados de saúde resultam em um ciclo de repetição onde aqueles que foram negados reconhecimento por sua vez evitar a divulgação. Há uma necessidade de educação adicional sobre a diversidade de gênero a fim de dissipar e combater mal-entendidos, estigma e invisibilidade. Isso pode ser conseguido através de esforços sustentados na investigação de enfermagem e currículos educacionais para incluir a diversidade de gênero e trans pessoas. São urgentemente necessárias políticas para a proteção daqueles que mudam de sexo ou se identificam fora do esquema dominante de gênero.

No seio das profissões de saúde, a enfermagem ocupa lugar singular e se distingue tanto pela importância do quantitativo de profissionais quanto pela prática culturalmente reconhecida do cuidar. Podemos conceber que o cuidado é próprio da ação positiva, tendo em sua prática um caminho terapêutico, que visa a manter o processo da vida e da promoção do funcionamento normal do ser humano; vêm a ajudar o crescimento, desenvolvimento e a prevenção, como também o controle e cura dos processos de doenças e danos (LEOPARDI, 2006).

A formação da enfermagem sempre esteve atrelada a fundamentos neutros e, no que se refere à sexualidade é abordado muitas vezes apenas seu aspecto biológico ou reprodutivo, o que torna o processo assexuado no desenvolver da assistência. As minorias sexuais que formam o grupo representado pela sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) sofrem, rotineiramente, atos discriminatórios e são estigmatizados socialmente, sendo ainda maior quando se relaciona às pessoas transexuais. E a enfermagem ainda se encontra um pouco afastada dessa realidade.

Nesse sentido, torna-se importante identificar publicações da enfermagem no âmbito da diversidade sexual e identidade de gênero de pessoas transgêneros em publicações científicas nacionais e internacionais contribuindo assim, para uma melhor adequação das práticas da enfermagem na assistência a esse público.

MÉTODOS

Para a realização desta RI foram seguidas as seguintes etapas: 1) identificação do problema e elaboração da questão norteadora; 2) escolha dos critérios de inclusão e exclusão; 3) realizar a categorização dos artigos; 4) avaliação dos estudos incluídos; 5) interpretação e 6) apresentação da revisão em forma de Trabalho de Conclusão de Curso (SOUZA, SILVA, CARVALHO 2010).

A coleta de dados aconteceu de março a maio de 2017 nas Bases de Dados: BDEF (Bases de Dados em Enfermagem), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), CINAHL (Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature), MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online) e na biblioteca virtual de busca SCIELO (Scientific Electronic Library Online).

A busca nas bases de dados ocorreu a partir dos critérios de inclusão, tendo sido definidos que fariam parte da amostra artigo original, escrito nos idiomas Inglês,

Português e Espanhol não tendo sido definido espaço temporal e/ou país de origem das publicações. Como critério de exclusão foram desconsiderados os editoriais, as revisões integrativas, sistemáticas e conceituais, bem como também a repetição de publicação de estudos em mais de uma base de dados e os artigos que não responderam à questão condutora do estudo.

Foi realizada a busca nas Bases de Dados e Biblioteca Virtual utilizando o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) através dos descritores “*Transgendered Persons*” OR “*Transgender*” integrado ao descritor booleano AND “*Nursing*”; e seus análogos em português: pessoas transgêneros, transexuais e enfermagem; e em espanhol: “*Personas Transgénero*”, e “*Enfermería*”, todos padronizados pelo DeCS (Descritores em Ciências da Saúde).

Após os cruzamentos nas bases foi percebido pelos pesquisadores responsáveis pela coleta o aparecimento da vasta quantidade de artigos que também associavam a enfermagem com Gays, Lésbicas e Bissexuais, desta forma os mesmos foram excluídos da busca com o uso do booleano NOT para os descritores “Gay , Lesbian e Bissexual”. A figura 1 representa o fluxograma de seleção para análise e avaliação dos artigos.

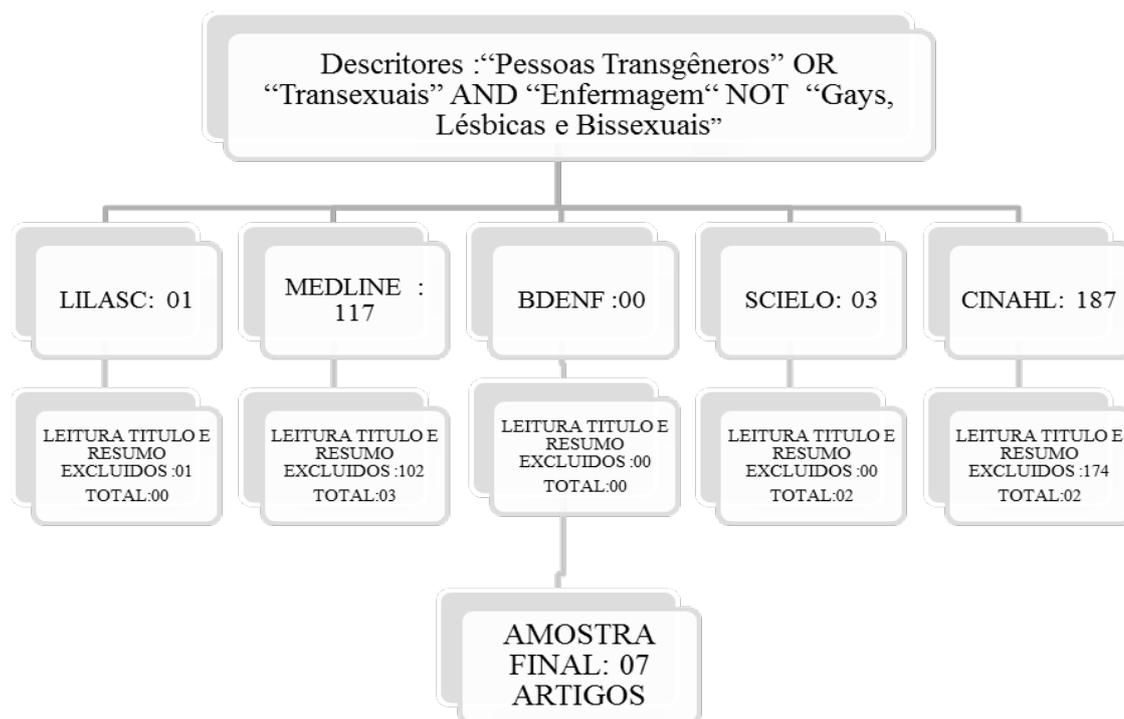


Figura 1 – Fluxograma da coleta dos artigos nas Bases de Dados e Biblioteca virtual Lilacs , Medline, BDEFN, Cinahl e Scielo. Recife (PE), Brasil, 2017.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os sete artigos da amostra final, foram escritos no idioma inglês, e em relação ao local de origem cinco foram dos EUA e dois da Inglaterra. O período de publicação dos mesmos ocorreu entre 2008 a 2016.

Nos centros acadêmicos a diversidade afeto-sexual ainda configura-se como

um tema pouco discutido, as concepções relacionadas a vivência LGBT é permeada por representações discriminatórias, conservadorismo e estigma. O contexto social marcado por ideologias heterossexuais, segmentos religiosos excludentes, negação dos direitos sociais e de saúde compõem os limites enfrentados diariamente e tornando-se precursores de vulnerabilidades (FERREIRA, 2014).

A evasão dos transexuais dos serviços de APS e predição por serviços emergenciais requer discussão ampliada acerca do acolhimento, vínculo e cuidado longitudinal, que atendam a demanda e especificidades dos transexuais. (CICERO, 2016; POLLY, 2011; ROGERS, 2016).

O processo de formação no âmbito da Enfermagem precisa contemplar a ciência do gênero, confrontar dicotomias entre homens e mulheres, apreender a construção das identidades de gênero e correlacionar as demandas iminentes de saúde (SOUZA, 2015). Estudos retratam a vulnerabilidade dos transexuais e risco ao suicídio, uso abusivo de drogas e exposição a violências físicas e psíquicas, o que implica em situação de estresse e danos à saúde do corpo e mental, daí a importância em discutir fatores sociais que implicam no processo saúde/doença (CARABEZ, 2016).

Diante disso, os enfermeiros possuem função relevante na promoção da saúde, desmistificação social dos preconceitos e construção de estratégias de acolhimento e respeito, a exemplo, a utilização de pronomes de tratamento adequados a identidade de gênero e ao nome social. O vínculo irá prover melhor adesão, confiabilidade e cuidado integral, a atuação profissional humanizada é imprescindível para a garantia dos direitos e prevenção (PETRY, 2012; LEVITT, 2015).

Pode-se identificar que a discriminação na oferta de cuidados à saúde encontra-se disseminada amplamente nos serviços de saúde (BAUER, SCHEIN, 2014; BENEDITTI, 2005). As experiências negativas explanadas vão desde assédio verbal, negação na igualdade de tratamento, até agressão física. Em um estudo, realizado por Shires e Jaffee (2015) foi mostrado que as transexuais que utilizam o nome social sofrem discriminações ainda maiores em relação ao atendimento dos cuidados à sua saúde.

Os profissionais da saúde são postos em situações éticas delicadas, porque, na maioria das vezes, não se sentem habilitados e nem com experiência suficiente para atenderem as demandas específicas desta população, a dificuldade em tratar as transexuais fica, assim, nítida (NIEDER et al , 2011). O aconselhamento adequado e o apoio objetivo, entretanto, tornam-se extremamente vantajosos para a saúde mental e física dos transgêneros, principalmente, nos primeiros anos de transição e no início de tratamento (GUADAMUZ et al , 2011 ; NIEDER et al , 2011).

A transexualidade é um tema que deve ser trabalhado com afinco dentro das universidades e não pode ser compreendida como uma forma de refugio social. O público transexual não deve ficar restrito, apenas aos níveis de atenção secundária e terciária, eles precisam ser acompanhados principalmente pela atenção primária, no qual irá fortalecer os laços da prevenção das doenças e promoção da saúde, por meio

de atividades de educação em saúde, que devem ser garantidas a todos os usuários, assim como na lei 7.498 de 25 de julho de 1986.

Dentro deste contexto, cabe aos gestores, tanto a promoção de uma educação em saúde de caráter permanente para aqueles profissionais que já estão na assistência e muitas vezes não sabem como intervir ao ter contato com um paciente transexual, como a inserção de uma educação humanizada canalizada ao público trans dentro das universidades que irão formar novos enfermeiros.

Trazer novas visões, reflexões críticas, acerca do padrão heteronormativo que molda condutas de discentes e docentes é sensibilizá-los e direcioná-los ao atributo social fundamental que a academia configura, sendo esta uma ferramenta de fundamental importância para ampliação de políticas educacionais que trabalhem para deslocar as discussões acerca da diversidade sexual para o campo de uma educação democrática e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transexualidade é um tema que deve ser trabalhado com afinco dentro das universidades e não pode ser compreendida como uma forma de refugio social. As atitudes discriminatórias devem ser erradicadas, visto que reflete no futuro da nação por meio de uma forma pejorativa, tanto para a população transexual que têm seus direitos violados, quanto para os enfermeiros que acabam por não cumprir com os seus deveres perante a vida humana e deixam a desejar os seus conhecimentos voltados à bioética.

Os princípios doutrinários do SUS são formados por três pilares: a universalidade, que reflete no acesso às ações e serviços de saúde de maneira garantida a todas as pessoas, independente de sexo, além de outros fatores, a equidade que é um princípio de justiça social que garante a igualdade da assistência à saúde sem preconceitos de qualquer espécie e a integralidade, a qual significa contemplar a pessoa como um todo, devendo as ações de saúde procurar atender a todas as suas necessidades. Isso significa que o público transexual não deve ficar restrito, apenas aos níveis de atenção secundária e terciária, mas que precisam ser acompanhados principalmente pela atenção primária, no qual irá fortalecer os laços da prevenção das doenças e promoção da saúde, por meio de atividades de educação em saúde, que devem ser garantidas a todos os usuários, assim como na lei 7.498 de 25 de julho de 1986.

A ausência de reconhecimento social e a intolerância ao gênero conduzem as populações transexuais às doenças psíquicas e não psíquicas, em que leva a prejuízos emocionais e físicos. No entanto é necessário que os enfermeiros exercitem um olhar humano, já que a palavra humanização é a traduzida por Brasil, como valor, à medida que resgata a vida humana. Então, o Ministério da Saúde reforça definindo a humanização como um meio de resgatar o respeito à vida humana, levando-se em conta as circunstâncias sociais, éticas, educacionais e psíquicas presentes em

todo o relacionamento humano. O enfermeiro deve ser um profissional além de tudo humanizado.

Para tanto é necessário à aquisição de educadores qualificados e comprometidos de forma pessoal e profissional que enxerguem a nação transexual com respeito, dignidade e ética. Além disso, mostrar a importância da autonomia para a população transgênero, estabelecer que os alunos entrem em contato com esses valores desde a vida acadêmica e compará-los com a realidade desses indivíduos é de extremo destaque, uma vez que, toda cultura só pode ser mudada através da educação, desse modo deve acontecer com o preconceito de gênero.

A educação que orienta quanto aos cuidados com a pessoa transexual é de fundamental relevância para a formação dos profissionais de enfermagem, pois impedirá que ocorra o descumprimento dos princípios éticos comuns aplicados à sua categoria e transformará o cuidado em uma ação mais confortável e eficiente para ambos com a garantia da assistência contínua e a melhor aceitação da população aos cuidados rotineiros oferecidos pelas instituições de saúde.

Dentro deste contexto, cabe aos gestores à promoção de uma educação em saúde de caráter permanente para aqueles profissionais que já estão na assistência e muitas vezes não sabem como intervir, quando se defronta de um paciente transexual.

Mais pesquisas são importantes para complementar esse estudo e elucidar ainda mais as questões voltadas a essa temática, uma vez que ainda não há medidas clara e totalmente empregadas para que haja uma inicial dissolução para a situação abordada. Assim como a enfermagem os demais profissionais de saúde devem identificar as especificidades que esse público apresenta e se adequarem ao contexto vivido por esse público.

Faz-se importante que haja a introdução de conceito sobre a diversidade de gênero e sexualidade para que desta forma a formação e também a assistência às pessoas transexuais passem a refletir uma assistência de qualidade.

REFERENCIAS

ARAN. M.; Zaidhaft, S.; Murta, D. **“Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva”**. Psicologia & Sociedade; 20 (1): 70-79, 2008.

BAUER GR, SCHEIN AI, DEUTSCH MB. **Reported emergency department avoidance, use, and experiences of transgender persons in Ontario, Canada: results from a respondent-driven sampling survey**. Ann Emerg Med , v.63, n.6, p.713-20, 2014.

BENEDETTI, MR. **Toda feita**: o corpo e gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. 2ª ed- Natal; EDUFRN,2014.

CARABEZ RM, ELIASON, MJ , MARTINSON M. **Nurses ’ Knowledge About A** Qualitative Study. v.39, n.3, p.257–71, 2016.

CARDOSO, MR; FERRO, LF. **Saúde e população LGBT: Demandas e especificidades em questão. Psicol : Ciência e profissão**, v.32, n.3, p. 552-563, 2012.

CICERO EC, BLACK BP. **“I Was a Spectacle...A Freak Show at the Circus”**: A Transgender Person’s Experience and Implications for Nursing Practice. *J Emerg Nurs.*, v.42, n.1, p.25–30, 2016.

COSSI, R.K. **Transexualismo, psicanálise e gênero: do patológico ao singular**. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica)- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FERREIRA MOV, SANTOS LP. **Diversidade Sexual e docência na produção do grupo de trabalho** 23 da ANPEd (2004/2011). *Rev. educ. PUC-Camp. set./dez*, 2014.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

GUADAMUZ TE, et al. **HIV prevalence, risk behaviour, hormone use and surgical history among transgender persons in Thailand**. *AIDS Behav.* v.15, n.3, p.650-8, 2011.

LEOPARDI, M.T. n. 2a ed. Florianópolis (SC): Soldasoft; 2006.

LEVITT N. **Clinical nursing care for transgender patients with cancer**. *Clin J Oncol Nurs.*, v.19, n.3, p.362–6, 2015.

LOURO, G.L (organizadora). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. 2. Ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.p.1-20.

LIONÇO, T. **Que direito à saúde para a população GLBT?** Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. *Saúde soc*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-21, June 2008.

Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.

NIEDER TO, et al. **Age of on set and sexual orientation in transexual males and females**. *J Sex Med.*;v.8, n.3, p.783-91, 2011.

PETRY AR, SC D, KLEINPAUL WV. **Artigo original Nome social** : uma conquista dos movimentos sociais desconhecida por serviços de atenção básica em um município do Rio Grande do Sul. *Enfermagem Brasil.*, v.15, n.1, p. 26-32, 2012.

PICAZIO, C. **Sexo secreto**: temas polêmicos da sexualidade. São Paulo: GLS, 1999.

POLLY R, NICOLE J. **Understanding the transsexual patient**: culturally sensitive care in emergency nursing practice. *Adv Emerg Nurs J.*, v.33, n.1, p.55–64, 2011.

ROGERS J, TESSER-JÚNIOR ZC, MORETTI-PIRES RO, KOVALESKI DF. **Saúde & Transformação Social Pessoas Trans na Atenção Primária** : análise preliminar da implantação no município de Florianópolis 2015, *Sau. & Transf. Soc.*, v. 7 ,n.3, p. 49–58, 2016.

ROMANO, VF. **As travestis no Programa Saúde da Família da Lapa**. *Saúde soc*, v.7, n.2, p.211-219, 2008.

SAMPAIO, LL; COELHO, M T; ÁVILA D. **Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde**. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v.16, n.42, p.637-649, Set. 2012.

SHIRES AD, JAFFEE K. **Factors Associated with Health Care Discrimination Experiences among a National Sample of Female-to-Male Transgender Individuals**. *Health & Social Work*, [Internet]. Jan. 2014.

SOUZA LL De. **Problematizações de gêneros no campo da enfermagem**: diálogos com

feminismos e a teoria queer. Revista NUPEM, v.7, n.13, p. 121–42, 2015.

SOUZA MT, SILVA MD, CARVALHO R. **Revisão Integrativa**: o que é e como fazer? Einstein. [Internet] 2010. [Acesso em: 2016 de Ago de 06]. 8: 102-6. Disponível em: http://www.astresmetodologias.com/material/O_que_e_RIL.pdf

SPIZZINI, G; AZEVEDO, R N. **Travestismo de duplo sentido ou bivalente**: considerações gerais. Diagn. Tratamento. v. 16, n.1, p. 29-32, Nov. 2010.
v.19, n.3, p.362–6, 2015.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-090-2

